

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Um privilégio para a Receita Federal (Editorial).....3

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Semana D terá Copom, votação de regra fiscal e texto da reforma tributária.....4

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator do Carf diz que 'existe disposição' para buscar equilíbrio para aprovar o projeto
.....6

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Votação do Carf pode atrapalhar rapidez na aprovação do marco fiscal; entenda.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal eleva tributação de software.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sebrae vai na contramão do setor e defende cashback.....12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo não apresenta ao Congresso novas prioridades.....14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária em pauta.....16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O exemplo colombiano na reforma tributária (Artigo).....18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Amazonas quer ampliar benefícios da Zona Franca de Manaus.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator acelera para entregar proposta da tributária.....21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a presença de Lira, evento do Correio debate mudanças no sistema de impostos.....22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quando você não sabe o que está fazendo - ROBERTO BRANT.....24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Programa de carro popular do governo Lula já usou 60% dos recursos disponíveis.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo anuncia redução de até 95% em tarifas em portos.....	28
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "Ricos devem pagar parte justa"	29
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Discussões sobre multa em compensação previdenciária - OPINIÃO JURÍDICA.....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Para analistas, BC vai manter juros em 13,75%.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Mercado já se ajusta para início dos cortes na Selic em agosto.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Oferta de ações ganha tração com expectativa de queda de juros.....	37

Um privilégio para a Receita Federal (Editorial)

O governo editou um decreto para regulamentar o bônus de produtividade para funcionários da **Receita Federal**. O decreto cria um comitê gestor que será responsável por mensurar a produtividade global do órgão e definir os critérios de pagamento, que terão valor variável. Chama a atenção o fato de que o decreto tenha saído seis anos após a sanção da lei que criou o bônus e logo após o governo conceder um aumento salarial de 9% a todo o funcionalismo, o primeiro desde 2017.

Os servidores da Receita estão entre as carreiras da elite do serviço público. A remuneração inicial de um auditor fiscal é de cerca de R\$ 21 mil. E mesmo que o bônus ainda não tivesse sido regulamentado, ele já vinha sendo pago - a título da bonificação, auditores recebem R\$ 3 mil mensais e analistas, R\$ 1,8 mil.

Se não havia questões financeiras que trouxessem urgência para a regulamentação do bônus, o contexto atual explica as razões pelas quais somente agora a categoria conquistou o que queria há tantos anos.

Não se trata da força da mobilização dos servidores da Receita. É verdade que o movimento atrasou a divulgação dos dados da arrecadação e impediu que o governo apresentasse projeções mais otimistas sobre o déficit primário deste ano. Mas a coesão dos servidores já causou transtornos maiores no passado.

Para ficar em um exemplo recente, de 2022, uma operação-padrão retardou o desembaraço de mercadorias em portos, aeroportos e fronteiras e gerou prejuízos bilionários.

O conteúdo do decreto é útil para explicitar o cenário em que o bônus se insere. Os critérios que medirão o índice de eficiência institucional da Receita mostram, resumidamente, que, quanto maior for a arrecadação, maior será o bônus, e nesses termos fica claro o que teria proporcionado aos auditores e analistas fiscais tamanho poder neste momento. O governo Lula dependerá fortemente do aumento de receitas para cumprir a meta fiscal. Como a proposta de arcabouço não tocará nas despesas, se o Executivo quiser garantir a credibilidade do arcabouço, terá de contar com toda a boa vontade dos funcionários da Receita.

Para a categoria, trata-se da correção de uma injustiça, uma vez que funcionários de Fiscos

estaduais têm salários maiores e procuradores da Advocacia- Geral da União (AGU) já contavam com benefício semelhante - o pagamento de honorários de sucumbência nas disputas judiciais da União. O problema é que isso despertou a cobiça das demais categorias do serviço público, que, naturalmente, pleiteiam equiparação, o que tem tudo para se tornar um problema para o governo.

Reconhecer e fortalecer o serviço público é necessário, sobretudo depois da política destrutiva que foi marca do governo Bolsonaro. Mas todo bônus, se é que deveria existir, deveria se basear em critérios que avaliem a produtividade de cada servidor de forma individual. Da forma como tudo foi feito, parece apenas uma maneira de criar um penduricalho para que algumas das carreiras que já estão entre as mais bem remuneradas do País simplesmente façam seu trabalho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Semana D terá Copom, votação de regra fiscal e texto da reforma tributária

Do UOL, em Brasília

A semana que entra será de avanços na agenda econômica do governo. A tendência é de aprovação da nova regra de gastos pelo Senado e do PL do **Carf** pela Câmara. Além disso, veremos avanços na **reforma tributária**, com a expectativa da apresentação do parecer do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) já nesta segunda (19).

Os dois dias decisivos para o governo serão terça (20) e quarta-feira (21), que coincidem com as sessões da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) para a definição da taxa básica de juros (Selic). A quarta-feira já está sendo chamada de super quarta pois o desejo dos articuladores do governo e do Congresso é de que o marco fiscal esteja aprovado nas duas casas até o final do dia.

O relator da nova regra de gastos no Senado, Omar Aziz (PSD/AM), quer ler o seu parecer na terça-feira (20) na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), logo após a audiência pública que será realizada para debater o novo marco fiscal, justamente para passar a mensagem aos diretores do BC e à opinião pública de que o Congresso está fazendo a sua parte na aprovação das regras. O novo arcabouço é fundamental para o controle das contas públicas e um dos pontos que o BC analisa para decidir se mantém, reduz ou eleva os juros (os outros pontos são **inflação**, atividade econômica e cenário externo).

Independente da leitura do relatório acontecer na terça ou não, a expectativa é que o Copom mantenha a taxa básica nesta reunião, mas há a expectativa que sinalize que o início do ciclo de quedas será no segundo semestre tanto no relatório quanto na ata. E para essa sinalização, o avanço do marco no Congresso é fundamental.

O substitutivo de Omar Aziz, conforme dito pelo relator, deve ter as seguintes alterações:

Aziz trabalha internamente para evitar que seus colegas apresentem um pedido de vista ao relatório, o que atrasaria a votação do texto na CAE. Se houver acordo para a não apresentação do pedido, o que é o mais provável, o parecer deve ser aprovado na comissão e ainda na terça-feira no plenário, já que há compromisso do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-

MG) nesse sentido. A aprovação pela Câmara ainda na quarta-feira é uma previsão otimista e há risco de a finalização da votação pelo Congresso acontecer só após as festas juninas.

Enquanto o Senado estará debruçado sobre o marco fiscal na terça-feira (20), a Câmara dos Deputados pode votar e aprovar o PL do **Carf**, retomando o desempate pró-Fisco como defende o ministro Fernando Haddad, mas com algumas condições acordadas com entidades como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Abrasca (Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto).

Entre os pontos dessa flexibilização estão:

A votação do **Carf** na terça na Câmara é importante para liberar a pauta do plenário na quarta-feira para receber a nova regra de gastos que deve ser aprovada no Senado na terça. Na quarta-feira, as atenções do Senado estarão voltadas à sabatina de Cristiano Zanin à vaga do STF (Supremo Tribunal Federal).

Claro que pode haver frustração no calendário, e a votação do **Carf** pode ficar para a semana seguinte. O problema é que a próxima semana tende a ser esvaziada em Brasília pelas festas juninas do nordeste e viagem de Lira a Portugal, prevista para acontecer entre os dias 22 e 29, ainda sem confirmação oficial. Diante desse cenário, a pressão sobre os parlamentares é finalizar essas votações nesta semana.

Do ponto de vista político, apesar da ainda frágil base do governo Lula na Câmara e de alguns revezes no Senado, há um saldo positivo no final deste semestre legislativo. A entrega das pautas econômicas é um sinal de que a relação entre governo e base aliada melhorou. Na tarde de sexta-feira (16), Lira esteve no Alvorada com Lula e na saída disse que ambos falam de pautas para o crescimento do Brasil, como **Carf** e tributária.

Segunda 19 - expectativa da apresentação do relatório da **reforma tributária** pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) cobrou agilidade de Ribeiro para que o texto traga as definições sobre FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional) e as alíquotas setoriais, já que o relatório do grupo de trabalho trouxe

apenas diretrizes.

Terça 20 - audiência pública, leitura e votação do relatório de Omar Aziz na CAE do Senado. Se o texto for aprovado, segue para o plenário no mesmo dia. Na CAE também pode ser finalizada a votação do projeto de desoneração da folha, que está na pauta. Na Câmara, expectativa de votação do PL do **Carf** no plenário mas isso só ficará claro após a reunião de líderes de terça-feira. Início da reunião do Copom.

Quarta 21 - expectativa de votação no plenário da Câmara do marco fiscal e final da reunião do Copom, com divulgação do **comunicado** perto das 18h30.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/06/19/o-que-esperar-da-semana-d-economica-juros-marco-fiscal-carf-e-tributaria.htm>

Relator do Carf diz que 'existe disposição' para buscar equilíbrio para aprovar o projeto

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

A Câmara dos Deputados articula de forma acelerada um entendimento sobre o projeto para que seja recriado o chamado "voto de qualidade" do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Relator da proposta, o deputado Beto Pereira (PSDB-MS) afirmou ao R7 que há "disposição" para revisar o tema em busca de um meio termo entre os objetivos do governo e da população.

"Existe uma disposição por parte da Câmara de equilibrar a relação entre o contribuinte e a Fazenda Pública. Entendemos que outrora a Fazenda tinha condição de privilégio, depois veio um outro momento onde o contribuinte está prevalecendo. Buscamos uma medida para equilibrar", destacou o relator.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O projeto é de autoria do Poder Executivo e veio para substituir uma medida provisória que perdeu a validade no início deste mês. A medida permitia a representantes do Ministério da Fazenda desempatarem votações em julgamentos de processos tributários na **Receita Federal**, o que pode ampliar a arrecadação do Executivo.

O acordo foi para votar o texto em regime de urgência. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu ao relator "que fizesse um esforço para votar antes do dia 22 [de junho]". Na data, o projeto trava a pauta de votações, o que significa que, enquanto não for analisado pelos deputados no plenário, nenhuma outra proposta com tramitação normal pode passar na frente.

O deputado Pereira assumiu o compromisso com Lira de tentar entregar o relatório na quarta-feira (21). "Mas precisa ver se é exequível. Não é um relatório meu. Tem que ser um texto que entre em votação e seja aprovado, e, por isso, precisa do alinhamento com todas as bancadas", ponderou o parlamentar.

A ideia do relator é se reunir com as lideranças partidárias na segunda-feira (19) e com as bancadas, na terça (20). Durante a semana passada, ele já esteve reunido com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Ainda não existe uma alternativa consolidada", revelou Pereira.

Uma das possibilidades é seguir a linha de raciocínio do acordo feito entre a União e a OAB sobre o tema. Foi decidido que, em caso de empate nos julgamentos do **Carf**, o voto fica a favor do fisco, mas não há cobrança de multa ao contribuinte, apenas ajuste levando em conta os juros.

Por outro lado, não há um compromisso por parte dos deputados de levar o acordo em consideração.

A gente tem e releva todas as informações e possibilidades de texto, mas, obrigatoriamente, nem Câmara, nem Senado têm como se fiar por um acordo que foi feito extra Congresso Nacional.

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Lira completou que o relator tem "autonomia para construir conversando com todos os partidos e lideranças".

Líder do PL na Câmara, o deputado Altineu Côrtes (RJ) disse que a bancada é contra dar ao governo o privilégio de desempate de julgamento das questões tributárias. "A princípio, o PL é contra. Achar um ponto de equilíbrio talvez seja uma solução e, se for algo de bom senso, pode contar com apoio", avaliou.

A análise do Ministério da Fazenda é de que o retorno do voto de desempate a favor da União pode ampliar a arrecadação do governo federal em R\$ 59 bilhões por ano, montante que auxiliaria o governo a cumprir as metas fiscais articuladas pela atual gestão.

As mudanças no conselho ligado à **Receita Federal** encontraram resistência no Congresso. Partidos como Republicanos e PP ingressaram na Justiça com uma ação de inconstitucionalidade para desfazer a alteração.

Inclusive, o projeto de lei para garantir a manutenção dessa mudança foi elaborado depois que o Congresso não entrou em acordo para instalar uma comissão mista que iria analisar a medida provisória que retomava o voto de qualidade.

Na prática, com o fim da validade do texto, volta o entendimento de que votações empatadas sobre as infrações tributárias são decididas a favor do contribuinte.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-do-carf-diz-que-existe-disposicao-para-buscar-equilibrio-para-aprovar-o-projeto-19062023>

Votação do Carf pode atrapalhar rapidez na aprovação do marco fiscal; entenda

Brasília

*/
Bruna Lima, do R7, em Brasília*

O Senado corre contra o tempo para votar o novo marco fiscal, sob risco de atrasar o início do recesso parlamentar. Com a confirmação de que haverá mudanças ao texto, os deputados vão precisar fazer uma reanálise. No entanto, o projeto que recria o chamado "voto de qualidade" do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) pode comprometer essa celeridade, já que tramita em caráter de urgência e trava a pauta do plenário da Câmara dos Deputados na quinta-feira (22).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu ao relator "que fizesse um esforço para votar antes do dia 22" o projeto do **Carf**. Isso significa que, enquanto esse texto não for analisado pelos deputados no plenário, nenhuma outra proposta com tramitação normal pode passar na frente.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Por isso, o Senado tenta fazer com que as alterações ao marco fiscal cheguem à Câmara antes de a pauta ficar travada. A estratégia é concluir a votação do novo marco fiscal na próxima terça-feira (20) para que a Câmara se debruce sobre o tema no dia seguinte. Neste caso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) teria que aprovar o relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) e, no mesmo dia, o texto ser aprovado em plenário.

Estou fazendo um apelo aos colegas para que não se peça vista e consigamos votar no mesmo dia.

Senador Omar Aziz (PSD-AM)

O pedido de vista é um direito dos senadores para terem mais tempo de analisar a matéria. A articulação precisa ser feita, sobretudo, com a oposição do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que promete empacar a análise. Por outro lado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já

se comprometeu a levar o texto para o plenário assim que sair da comissão.

O governo pressiona o Congresso para acelerar aprovação do marco fiscal. Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, a definição da nova regra é necessária para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja revisada.

Talvez o presidente Lula [precise] mandar uma mensagem alterando dispositivos. Então, a LDO teria que ficar um pouco mais para o segundo semestre. Por isso, nosso pedido ao Congresso para que aprove o arcabouço o mais rápido possível.

Simone Tebet, ministro do Planejamento e Orçamento

O projeto da LDO foi entregue em abril e precisa ser aprovado até 17 de julho para que o recesso parlamentar seja autorizado. Do contrário, os senadores e deputados terão de abdicar da folga para deliberar sobre o projeto.

A Câmara dos Deputados articula de forma acelerada um entendimento sobre o projeto do **Carf**. De autoria do Executivo, ele veio para substituir uma medida provisória que perdeu a validade no início deste mês. A medida permitia a representantes do Ministério da Fazenda desempatarem votações em julgamentos de processos tributários na **Receita Federal**, o que pode ampliar a arrecadação do Executivo.

O relator do projeto, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), afirmou ao R7 que "existe uma disposição" por parte da Câmara em chegar a um equilíbrio sobre o tema, que agrada a União e o contribuinte. Apesar de assumir o compromisso em tentar entregar o parecer até quarta-feira (21), Pereira disse que "ainda não existe uma alternativa consolidada" e que o texto precisa ter "alinhamento com todas as bancadas".

A ideia do relator é se reunir com as lideranças partidárias somente na segunda-feira (19) e com as bancadas, na terça (20), mas, como o tema é sensível e boa parte do Congresso é contra a mudança no **Carf**, a avaliação é de que esse entendimento capaz de garantir a aprovação não se dê tão fácil assim.

Achar um ponto de equilíbrio talvez seja uma solução e, se for algo de bom senso, pode contar com apoio,

mas, a princípio, o PL é contra", sinalizou o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ).

deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), líder do PL na Câmara

Com a incerteza sobre a votação do projeto do **Carf** na próxima semana e caso as alterações do marco fiscal não cheguem à Câmara na quarta-feira (21), o cenário que se desenha é de pauta travada até se chegar a um consenso sobre o voto de qualidade. Como consequência, pode haver uma definição arrastada em relação às alterações das regras fiscais que impactam em todas as decisões orçamentárias do governo.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/votacao-do-carf-pode-atrapalhar-rapidez-na-aprovacao-do-marco-fiscal-entenda-19062023>

Receita Federal eleva tributação de software

Joice Bacelo De São Paulo

A **Receita Federal** aumentou a tributação do software pela terceira vez neste ano. Afirma, em nova norma, que a partir de agora as aquisições e atualizações de licenças de uso do exterior estão sujeitas à cobrança de PIS e Cofins-Importação.

Significa que empresas aqui do Brasil que adquirem os programas do exterior devem começar a recolher esses **tributos** sobre o valor das remessas. O impacto é alto: sai de zero para 9,25%.

Essa nova regra foi publicada terça-feira pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta a atuação dos fiscais do país. Trata-se da Solução de Consulta nº 107.

O órgão já havia publicado, em março, uma outra norma - de nº 75 - que estabeleceu a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre essa mesma transação.

A alíquota, nesses casos, é de 15%. Ou mais: 25% se o dinheiro for enviado para países com tributação favorecida - os chamados "paraísos fiscais".

Essas duas soluções de consulta são direcionadas a consumidores que adquirem software para uso próprio. Vale tanto para programas feitos sob encomenda como para os de prateleira - comercializados em larga escala - e também para todos os formatos de entrega (nuvem ou download, por exemplo).

Antes, em janeiro, houve mudança na tributação das empresas que comercializam software. A Receita, por meio da Solução de Consulta nº 36, aumentou a carga de quem recolhe Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pelo regime do lucro presumido - companhias com faturamento de até R\$ 78 milhões por ano, o que, segundo especialistas, representa a maioria do setor.

Essas alterações vêm na esteira de um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021, em que os ministros alteraram jurisprudência de mais de duas décadas. Equiparam os softwares "por encomenda" e "de prateleira" e estabeleceram que ambos deveriam ser tributados pelo ISS, devido aos municípios.

Até então, essa orientação valia somente para o software sob encomenda.

O "de prateleira", comercializado em larga escala, era tratado como mercadoria e tributado pelo ICMS, o imposto estadual.

A Receita também classificava o chamado software "de prateleira" como mercadoria para fins de tributação federal e está, agora, fazendo uma revisão de suas normas internas com base na nova jurisprudência do STF. A mudança de classificação altera a forma de tributar. Por isso, uma mudança atrás da outra.

Advogados de empresas afirmam, no entanto, que essas novas normas são "altamente questionáveis" e preveem judicialização. Eles entendem que a Receita não poderia usar a decisão do Supremo da forma como melhor lhe convém.

Alexandre Chut, do escritório Vinhas e Redenschi, cita, por exemplo, que o órgão classificou software como royalties para a tributação do IRRF, mas enquadrou como prestação de serviço para a incidência de PIS e Cofins-Importação.

Essa diferença de classificação tem impacto sobre o que pode ou não ser tributado. No caso do IRRF, haveria limitações se a Receita tivesse interpretado o software como serviço e não royalties.

O Brasil tem acordo com diferentes países para evitar dupla tributação e alguns desses pactos estabelecem pagamento de imposto de renda somente no país do prestador do serviço.

Se, nesse caso, a Receita tivesse interpretado como serviço e não royalties, portanto, os consumidores brasileiros ficariam liberados da tributação quando os pagamentos fossem enviados para países com quem o Brasil tem acordo nesses termos.

No caso de PIS e Cofins-Importação, por outro lado, sendo classificado como royalties não poderia haver tributação. Mas, aqui, a Receita tratou como prestação de serviço - situação em que há incidência.

"No contrato de licenciamento de uso de softwares a obrigação de fazer está presente no esforço intelectual, o que configura contraprestação por serviço prestado os valores creditados pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário residente, ou domiciliado no exterior como remuneração decorrente dessa adesão", consta na solução de consulta.

Alexandre Chut diz que a norma causou "grande surpresa" no mercado.

"A natureza jurídica da remessa deveria ser uma só. Ou serviço, ou royalties. Não pode ser de um jeito para um tributo e outro para outro tributo", complementa.

A advogada Fernanda Lains, do escritório Bueno Tax Lawyers, chama a atenção que essa divergência de classificação-serviço ou royalties- pode impactar, inclusive, a apuração do IRPJ e da CSLL das empresas que adquirem os programas do exterior.

Se as despesas com licenciamento de software forem entendidas como pagamento de royalties, ela diz, a dedução para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL fica restrita.

Em se tratando, porém, de despesas com serviços, a dedução é autorizada quando comprovada que é essencial à operação da companhia. "Resta saber agora qual tratamento será dado pela **Receita Federal**", observa.

A Solução de Consulta nº 107, que impôs a tributação de PIS e Cofins- Importação, reforçou o que a norma anterior - de nº 75 - já havia estabelecido em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte e tratou também sobre a Cide.

Em relação à Cide não houve qualquer alteração de entendimento, dizem os advogados Daniel Franco Clarke e Letícia Rodrigues Sugahara, do escritório Mannrich e Vasconcelos. Só tributa nos casos em que há transferência de tecnologia - com alíquota de 10%.

"Aqui não tem muito como fugir.

A Lei da Cide é expressa para afastar a tributação no caso de licença de uso programas de computador quando não envolve transferência de tecnologia", frisa Clarke.

Em relação a PIS e Cofins-Importação - a grande novidade da norma -, eles explicam, não havia antes a cobrança sobre o chamado software "de prateleira", que era classificado como mercadoria.

Esses **tributos** incidem sobre mercadorias e serviços.

Mas a base de cálculo é o valor aduaneiro. Como no caso do software, há muitos anos, não existe a entrada de um bem físico em território nacional, não se tinha valor aduaneiro e a Receita ficava impossibilitada de tributar.

Já a base de cálculo dos serviços é o valor das

remessas - o que ocorrerá a partir de agora com a aquisição ou renovação das licenças de uso dos programas de computador do exterior.

Ricardo Maitto, do escritório TozziniFreire, chama a atenção de que a alíquota nominal é de 9,25%, mas a tributação efetiva é maior - ultrapassa 10%. Isso porque a Receita exige o uso de uma fórmula que inclui no cálculo o valor do ISS e dos próprios PIS e Cofins-Importação.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187578>

Sebrae vai na contramão do setor e defende cashback

O cashback proposto na **reforma tributária** é "essencial para a realização da justiça social e da progressividade" na cobrança de **impostos**, segundo o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima. A avaliação do Sebrae destoa do que é defendido por outras entidades representantes de comércio e serviços, que nas últimas semanas adotaram uma postura mais crítica em relação ao mecanismo.

Defendido pelo Ministério da Fazenda e incluído no relatório do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o cashback é uma espécie de devolução de **impostos** que substituiria a desoneração da cesta básica. Diversos especialistas em políticas sociais defendem que o instrumento é mais eficaz como mecanismo de distribuição de renda do que a simples desoneração da cesta básica.

Com formatos que diferem bastante entre eles, o instrumento é adotado em diversos países, como Canadá, Bolívia, Colômbia e Uruguai. O Rio Grande do Sul foi o pioneiro do uso do mecanismo no Brasil e no fim de 2021 passou a devolver R\$ 400 anuais em créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a população vulnerável. Entram nesse grupo famílias beneficiárias do Cadastro Único ou nas quais o titular familiar tenha dependente matriculado na rede estadual de ensino médio, por exemplo.

Para Lima, que foi candidato do PT ao governo de Santa Catarina no ano passado e apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o Sebrae, o modelo "ideal" é o "que devolve o valor para as famílias de baixa renda quanto antes, sem onerar os pequenos empresários". Nesse caso, o montante seria apurado pela **Receita Federal** e "entregue diretamente ao beneficiário", por meio de cartões próprios, do Bolsa Família ou via conta bancária.

Mas ele critica a proposta de devolução dos recursos "pelos empresários na forma de descontos no momento da compra". Segundo o presidente do Sebrae, isso "demandaria um sistema automatizado e interligado presente em todos os estabelecimentos de comércio e serviços do país", o que por sua vez geraria "custos" e dificultaria "o controle de fluxo de caixa dos empreendimentos".

O texto apresentado pelo relator da **reforma tributária** traz poucas informações sobre como funcionaria o cashback caso as mudanças sejam aprovadas, afirmando por exemplo que "posteriormente" será definido o público beneficiado. Entre as principais sugestões, está uma do deputado Mauro Benevides (PDT-CE), de que a devolução seja realizada no próprio momento da compra. Já a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) defende no documento que o mecanismo leve em conta "o combate às desigualdades regionais, de renda, de raça e de gênero".

Em evento realizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) na semana passada, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reconheceu que existe resistência de parte dos serviços e do comércio ao mecanismo. Mas afirmou que essa resistência é "equivocada", já que, ao baratear os alimentos, o cashback "favorece a demanda" por esses produtos.

A própria Abras já criticou o instrumento. Em maio, em outro evento realizado com a presença de Appy, o presidente da entidade, João Galassi, afirmou classificou o cashback como "inviável".

"É algo com que não concordamos, até pelo custo de implantação", disse na ocasião.

Para Melina Rocha, consultora internacional e diretora de cursos na York University (Canadá), críticas "de que o cashback é inviável operacionalmente não têm fundamento" e "parecem muito mais relacionadas a medo e desconhecimento a respeito de como o mecanismo vai funcionar". Ela destaca o exemplo do Rio Grande do Sul, a amplitude do sistema bancário brasileiro e a Nota Fiscal Eletrônica como fatores que mostram a viabilidade do instrumento.

Melina afirma ainda que "vários estudos realizados no Brasil e no exterior" mostram que a desoneração da cesta básica "não elimina a regressividade" tributária, podendo até beneficiar a parcela mais rica da população. Um dos estudos foi realizado pelos pesquisadores Sergio Gobetti e Rodrigo Orair.

Naercio Menezes Filho, professor do Insper, também diz que a implantação do cashback em grande parte

do país "é viável sim".

"Será necessário um período de adaptação, mas o Brasil está bastante avançado, em termos tecnológicos, de aplicativos", diz. Ele também chama atenção para "o sistema bancário muito avançado" brasileiro, do qual é o Pix é só o exemplo mais recente.

Naercio reconhece, no entanto, que em "algumas regiões" do país a implantação é impossível neste momento, devido a questões tecnológicas ou pela grande presença de comércio informal. Mas defende que há alternativas para esses casos, como o aumento do valor médio do benefício do Bolsa Família nessas regiões.

"Críticas a cashback parecem muito mais relacionadas a medo e desconhecimento" Melina Rocha

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Sebrae vai na contramão do setor e defende cashback

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187578?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187578?page=1§ion=1)**

Governo não apresenta ao Congresso novas prioridades

Ranier Bragon e Victoria Azevedo Brasília

O governo Lula (PT) ainda não fez chegar ao Congresso Nacional quais serão suas prioridades após a conclusão da votação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, as duas primeiras grandes bandeiras que apresentou ao Legislativo.

Ainda sem uma base de apoio mínima na Câmara dos Deputados -embora com um cenário melhor no Senado-, Lula tem dedicado maior esforço neste momento à tentativa de solucionar problemas na articulação política e à atração de partidos de centro e de direita por ora independentes ou mais inclinados à oposição.

Com isso, tanto líderes do governo e de partidos aliados como integrantes do Palácio do Planalto não souberam responder à pergunta sobre o que virá daqui em diante.

Questionadas pela Folha, Secretaria de Relações Institucionais e Fazenda apresentaram uma lista de propostas que prometem defender no segundo semestre.

"Nós entregamos tudo na Câmara, tudo!" disse o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), ao ser questionado sobre o que seria a prioridade daqui para frente. "O próximo [ciclo] é agosto, agosto é outro mundo", acrescentou, em referência ao mês que abre o segundo semestre no Congresso.

Guimarães expressa um discurso comum entre os governistas, o de que a aprovação do novo arcabouço fiscal pela Câmara, ainda pendente de votação no Senado, e de uma **reforma tributária**, ainda não votada, seriam mais do que suficientes para essa largada do Lula 3.

"Votamos tudo na Câmara. Vocês pintam que aqui é o inferno, mas só falta o **Carf**, que será na quarta-feira (21)", completou.

O raciocínio não contempla o fato de que o arcabouço e a **reforma tributária** são pautas também defendidas e trabalhadas pelo centrão de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e que a fragilidade da base lulista já levou a derrotas e recuos.

Entre elas está a questão do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, citada por Guimarães.

A retomada do chamado voto de qualidade no conselho, que foi derrubado em 2020 pelo Congresso, é uma das bandeiras de Fernando Haddad (Fazenda) para ampliar as fontes de receita do governo federal, tendo sido instituída por Lula em uma medida provisória.

O Congresso, porém, deixou a MP caducar (perder a validade por não ter sido analisada em até 120 dias) e agora o governo tenta aprovar a medida por meio de um projeto de lei.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD--MG), ainda não chegaram a um acordo sobre o modelo de tramitação das medidas provisórias, o que tem travancado o andamento desse que é o principal instrumento que o governo tem para legislar.

"Não existe sinalização de nenhum projeto após a **reforma tributária**, pelo menos que chegou para a gente. Mas acho que para o ano, ter o arcabouço fiscal aprovado e ter aprovada uma **reforma tributária** que vários presidentes da República tentaram e nunca conseguiram, vai ser um avanço extraordinário para o país", diz o líder do bloco de Arthur Lira, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE).

O parlamentar, que passará a liderança do bloco nesta segunda-feira (19) para André Figueiredo (PDT-CE), afirmou que a união de siglas de esquerda como PSB e PDT a partidos do centrão, como o PP de Lira, foi importante na montagem da governabilidade neste primeiro semestre.

Ele defende ser fundamental que Lula dê os próximos passos no sentido de atrair as legendas de centro e de direita para sua órbita, em especial o PR Aliados de Lula destacam que o governo conseguiu cumprir promessas de campanha ao recriar programas como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Farmácia Popular e o Minha Casa Minha Vida -e indicam que o Executivo deverá centrar esforços no novo PAC (Programa de Aceleração e Crescimento), que ainda não saiu do papel.

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi

Hoffmann (PR), afirma que o governo conseguiu recolocar todas as pautas que tinha como prioritárias, mas que, agora, é preciso "olhar para frente".

Na avaliação dela, o Executivo deverá se debruçar ainda no mês de julho sobre as possíveis apostas para o segundo semestre. "Estamos discutindo com os partidos [da base aliada de Lula], com movimentos sociais, movimento sindical", diz, acrescentando que o Executivo deverá focar a criação de novos programas para "resgatar a indústria brasileira", além de se dedicar a investimentos em educação, saúde e ciência e tecnologia.

O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), menciona como exemplos de propostas para as quais vai se empenhar o projeto de incentivo à adoção do ensino em tempo integral na educação básica e a iniciativa de regulamentação e tributação das apostas esportivas, que ainda não foi encaminhada ao Congresso.

Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Institucionais afirma que o governo "seguirá priorizando a pauta econômica e social".

"As prioridades serão: conclusão da **Reforma Tributária**, aprovação de MPs que tratam do aumento do limite de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, reajuste do salário mínimo, aperfeiçoamento das regras do Programa de Aquisição de Alimentos, pacto pela retomada de obras e de serviços de engenharia destinadas à educação básica, desconto para compra de veículos sustentáveis, e o Programa Desenrola Brasil." A Fazenda enviou como prioridade uma lista de 22 projetos e temas, entre eles propostas de valorização do salário mínimo e a medida provisória do Desenrola, para renegociação de dívidas das pessoas físicas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50312>

Reforma tributária em pauta

Rafaela Gonçalves

Assim como outros setores produtivos, a indústria tem na complexidade do sistema tributário um dos maiores entraves para a sua competitividade. Para detalhar os efeitos das alterações que ocorrerão no segmento com a **reforma tributária**, o Correio Braziliense e o Conselho Nacional do Sesi (CNSesi) realizarão amanhã o evento Correio Debate: **Reforma Tributária e a Indústria**.

Entre as presenças confirmadas estão o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Com o intuito de possibilitar uma melhoria no ambiente de negócios, além de permitir o incentivo ao investimento e transparência para os contribuintes, a reforma substituirá cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também conhecido como Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Com a simplificação do sistema tributário, é esperado que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil possa crescer até 20% a mais, em 15 anos, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O presidente do CNSesi, Vagner Freitas, que fará parte da abertura do debate, acredita que esse percentual trará um novo cenário para o desenvolvimento.

Freitas ressalta a necessidade do diálogo entre todos os setores acerca da nova tributação e a importância da indústria como vetor de crescimento do país. "O que traz desenvolvimento para todas as pessoas é o crescimento da indústria, da produção. Quando a produção cresce, há geração maior de empregos", afirma.

"Nós temos a expectativa de que isso seja um mantra e, com uma indústria desenvolvida, empregos de qualidade serão gerados no Brasil", acrescenta.

O reflexo da legislação atual, que é extremamente complexa e cumulativa, traz como consequência elevados custos de cumprimento de obrigações acessórias e insegurança jurídica, encarecendo bens e serviços, prejudicando investimentos, o

desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

A expectativa é de que a reforma seja votada na Câmara dos Deputados na primeira semana de julho. De acordo com o presidente do CNSesi, a mudança no sistema tributário é essencial para alavancar os investimentos no Brasil. "Agora, não é mais uma opinião isolada de um ou outro grupo da sociedade. Mais pessoas e mais setores percebem que não é apenas uma política para punir determinado setor. É uma política de Estado que precisa ser construída. É uma política econômica", destaca Freitas.

Painéis

Com mediação dos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg, a programação será composta por três painéis. O primeiro painel vai debater "Como a **reforma tributária** pode contribuir para a reindustrialização do Brasil".

Já o segundo vai abordar o "Emprego, renda e tributação na indústria".

O terceiro painel vai detalhar "A tributação e a nova economia: desafios e oportunidades no mercado de trabalho".

Segundo o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, todos os estudos apontam que a indústria, bem como os demais setores da economia, será beneficiada pela **reforma tributária**. "A expectativa é de que o evento seja uma oportunidade para aprofundar o debate sobre o modelo de reforma proposto, esclarecer dúvidas e ouvir os pontos que preocupam o setor", afirma Appy.

Entre os palestrantes estão o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente do Grupo de Trabalho que analisou o projeto; Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic; José Luiz Oreiro, economista e professor da Universidade de Brasília; Mário Sérgio, gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também farão parte dos painéis Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic; Altair Garcia, analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); e Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O evento ocorrerá das 14h às 18h30 e poderá ser acompanhado presencialmente ou

pelas redes sociais do Correio.

"A expectativa é de que o evento seja uma oportunidade para aprofundar o debate sobre o modelo de reforma proposto, esclarecer dúvidas e ouvir os pontos que preocupam o setor" Bernard Appy, secretário Extraordinário da Reforma Tributária

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/19/all.pdf>

O exemplo colombiano na reforma tributária (Artigo)

Marcello Fragano Baird e Mariana Matamoros Cardenas, Cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde Economista e pesquisadora em justiça fiscal no Centro de Estudos de Direito, Justiça e Sociedade - Dejusti d a (Colômbia)

No Brasil, 57 mil pessoas entre 30 e 60 anos morrem por ano em consequência do consumo de ultraprocessados -alimentos ricos em açúcar, sódio e gordura e pobres em nutrientes, como refrigerante, biscoito recheado e macarrão instantâneo. O cenário piora quando lembramos que, em 2022, os ultraprocessados tornaram-se pela primeira vez mais baratos, em média, que os in natura e minimamente processados.

É possível virar esse jogo se a **reforma tributária** considerar quatro aspectos: 1 - maior tributação para ultraprocessados e outros itens nocivos, como tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos; 2 - destinação dos recursos ao SUS para tratamento de doenças associadas; 3 - fim da concessão de subsídios a esses produtos, como ocorre hoje com os refrigerantes na Zona Franca de Manaus; 4 - tributação favorecida para alimentos saudáveis -frutas, verduras, arroz.

Esse último ponto segue diretrizes apontadas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde. Além disso, a medida poderia representar o fim de distorções que fazem, por exemplo, o macarrão instantâneo entrar na cesta básica de alguns estados com alíquota de PIS/Cofins menor que a do suco de fruta integral.

Podemos aprender com a experiência da Colômbia. No ano passado, o país aprovou uma **reforma tributária** com **impostos** para bebidas e alimentos ultraprocessados. A indústria chegou a alegar que a mudança levaria ao desemprego. Mas organizações como o centro de estudos Dejusticia apresentaram evidências provando o contrário.

No Brasil, temos estudos apontando para a mesma direção. Uma simulação da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostrou que a alíquota de 20% sobre bebidas açucaradas aumentaria a procura por itens menos tributados e mais saudáveis, promovendo crescimento econômico e criação de empregos.

O novo sistema tributário colombiano prevê **impostos** mais altos para bebidas açucaradas, ultraprocessados ou fórmulas com mais de 10% das calorias provenientes de açúcares livres, ou gordura saturada. A regra passa a vigorar em novembro. A indústria, no entanto, acionou a Justiça contra a decisão.

Por aqui, a pressão da indústria suscita o risco de retrocesso no acesso à alimentação saudável. Além da possibilidade de não se assegurar o imposto seletivo, receia-se até mesmo uma redução nas alíquotas dos ultraprocessados.

No último dia 6 de junho, o grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados apresentou um relatório. A proposta não especifica os produtos alvo do imposto seletivo nem cita os ultraprocessados. Aventou, ao menos, a manutenção do tratamento diferenciado para a cesta básica.

Temos a expectativa de que a medida dê prioridade para alimentos in natura e minimamente processados. A vinculação dos recursos à saúde, que seria outro avanço, foi ignorada.

Esperamos que o novo texto da reforma, a ser apresentado ainda neste mês, esteja alinhado à movimentação que se dá em todo o mundo, especialmente em nossa região, para garantir que o direito à saúde e à alimentação saudável prevaleça sobre interesses econômicos.

[...] Esperamos que o novo texto da reforma, a ser apresentado ainda neste mês, esteja alinhado à movimentação que se dá em todo o mundo, especialmente em nossa região, para garantir que o direito à saúde e à alimentação saudável prevaleça sobre interesses econômicos

Marcello Fragano Baird e Mariana Matamoros Cardenas, Cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde Economista e pesquisadora em justiça fiscal no Centro de Estudos de Direito, Justiça e Sociedade - Dejusti d a (Colômbia)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50312>

Amazonas quer ampliar benefícios da Zona Franca de Manaus

O governo do Amazonas preparou uma proposta para a **reforma tributária** que não só preserva os benefícios fiscais para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus até 2023 como abre margem para que novas empresas se instalem na região em troca de incentivos. Além disso, cria um fundo de desenvolvimento válido somente para o Estado.

A proposta, que já foi discutida com a bancada amazonense no Congresso e defendida no Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), é criticada por economistas, que veem uma crescente desfiguração da ideia original de uma reforma dos **impostos** que representasse uma simplificação do sistema.

Segundo o governador do Estado, Wilson Lima (União Brasil), a Zona Franca de Manaus significa 60% da atividade econômica do Amazonas. "Enfraquecer a Zona Franca é transformar o Estado em terra arrasada", afirmou.

A ZFM representa uma renúncia em **tributos** federais de R\$ 55 bilhões por ano, segundo o anexo da lei orçamentária anual deste ano. Trata-se da segunda maior renúncia em nível federal, atrás apenas do Simples. A renúncia fiscal estadual também é muito relevante: o Amazonas dá incentivos equivalentes a 52,3 % de sua receita de ICMS, o maior percentual estadual em 2021.

Lima disse que ainda está inseguro sobre qual diferencial tributário existirá no texto a ser apresentado pelo relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e como ele funcionará. O parecer de Ribeiro deve propor a unificação dos **impostos** federais e estaduais em um IVA dual, com poucas alíquotas diferenciadas por setor. "Não adianta ele dizer que a Zona Franca será protegida sem dizer como proteger", afirma.

A proposta amazonense explicita tratamento tributário diferenciado para a Zona Franca até 2023, criando uma exceção à regra que proíbe incentivos fiscais. Segundo o texto apresentado, haverá crédito presumido "e outros benefícios necessários à manutenção da vantagem competitiva existente", tanto para o IBS, quanto para o CBS. O crédito presumido ficará integralmente com o comprador de bens fabricados na Zona Franca.

O texto ainda impõe a incidência do futuro Imposto Seletivo (IS) sobre a fabricação em outros Estados de produtos também feitos na Zona Franca, como forma de manter uma espécie de cláusula de barreira. Segundo o secretário estadual de Fazenda, Alex Giglio, este IS majorado para os outros Estados compensaria o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A proposta vai além: determina que o Amazonas manterá a sua fatia atual no IBS, mesmo com a transferência da cobrança da origem para o destino, para garantir a sua receita própria. E se esses recursos não forem suficientes para manter o atual patamar de receita, a diferença seria coberta pelo fundo de desenvolvimento regional que está sendo concebido para a compensação dos Estados e municípios. "O Amazonas é o maior perdedor da **reforma tributária**, se não for compensado. Porque exporta para outros Estados praticamente tudo o que produz", diz Giglio. Ele estima que a redução da receita própria do Amazonas seria de 50% com a conversão do ICMS da origem para o destino.

A proposta ainda amplia as vantagens para o Amazonas com a criação de um outro fundo, com o nome sugerido de "Fundo de Diversificação Econômica", para a criação de novas matrizes produtivas no Estado. Esse fundo, exclusivo para o Estado, seria bancado com recursos federais e serviria, segundo Giglio, para o Estado deixar de ser tão dependente da Zona Franca.

A sugestão amazonense é muito criticada por economistas especializados, que acreditam que a proposta não apenas preserva os benefícios atuais da Zona Franca como abre caminho para a criação de novos, enquanto fecha a porta para os demais Estados. Esse casuísmo, caso avance, poderia ser aproveitado para outros governadores também pedirem tratamento diferenciado.

"Trata-se da criação de um regime especial para o Amazonas, eu diria especialíssimo, que amplia as vantagens com a criação de mais um fundo específico", comentou Gabriel Leal de Barros, economista do fundo Ryo Asset, ex-diretor do IFI. Segundo Barros, a proposta tem viés protecionista, com a oneração do IS a outras regiões.

O economista vê o risco de se estabelecer compensações regionais que podem tirar o caráter neutro da reforma. "O fundo regional que está em discussão atualmente já está estimado em R\$ 100 bilhões ao ano. O governo federal teria que destinar a ele portanto 1% do **PIB**, não existe esse recurso".

Para ele, propostas como essas reforçam a tendência da **reforma tributária** em discussão no Congresso criar uma série de regimes próprios que devem alongar a transição e elevar muito a alíquota básica do futuro IVA. "É importante lembrar que 25% é apenas uma estimativa. O resultado final mais realista para manter o equilíbrio pode jogar esta alíquota para 35%, o que tornará o Brasil com o IVA mais alto do mundo". Barros também vê o risco do sistema tributária ganhar mais complexidade jurídica em relação à situação atual, com a multiplicidade de regime.

Na opinião de Felipe Salto, economista da corretora Warren Rena e ex-secretário da Fazenda em São Paulo, há o risco de uma desvirtuação da reforma. "Mantidas todas as exceções que estão sendo propostas já não sei se a **reforma tributária** será positiva mesmo para o setor industrial", disse.

"Trata-se da criação de um regime especial para o Estado" Gabriel Leal de Barros

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187578?page=1§ion=1>

Relator acelera para entregar proposta da tributária

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) corre contra o tempo para tentar entregar um relatório da proposta ainda nesta semana. O objetivo é atender a um pedido feito pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que quer que o detalhamento do projeto esteja disponível o mais rápido possível. Na avaliação do chefe do Legislativo, isso viabilizará o avanço do texto no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar.

Após meses de reuniões do grupo de trabalho, Ribeiro apresentou na primeira semana de junho as linhas gerais do seu parecer. Nos bastidores, parlamentares demonstravam disposição em analisar a proposta nas próximas semanas, mas afirmavam a necessidade de conhecer a íntegra do relatório.

Na semana passada, Lira aproveitou uma reunião com Ribeiro e pediu que o relator se esforçasse para entregar um parecer mais detalhado aos parlamentares o quanto antes.

O objetivo é tornar público o conteúdo, para que a proposta seja debatida e amadureça a ponto de ser aprovada antes do recesso sem muita resistência do plenário da Casa.

Horas depois dessa conversa, o presidente da Câmara fez com que a cobrança se tornasse pública ao compartilhá-la com jornalistas. "Minha disposição é que temas da reforma estejam detalhados para que possam ser debatidos e para que tenhamos a mínima resistência no dia da votação", disse.

Nas últimas semanas, Ribeiro acelerou ainda mais o ritmo das reuniões para ouvir demandas de setores da economia, governadores e parlamentares.

O parlamentar paraibano tem recebido sugestões de prefeitos e governadores e de representantes de diversos setores, mas a expectativa de interlocutores do relator é que ele rejeite a maioria das demandas feitas nos encontros mais recentes.

A necessidade de concluir o texto com celeridade tem feito o relator, sua equipe técnica e o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, debruçarem-se totalmente sobre o projeto.

Apesar do calendário apertado, Lira tem demonstrado confiança de que conseguirá cumprir a promessa feita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que entregaria a aprovação da reforma antes de os deputados saírem para o recesso.

O cumprimento desse cronograma reflete, na leitura de interlocutores do presidente da Câmara, a boa relação entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Nos bastidores, o chefe do Legislativo não tem economizado nos elogios ao número 1 da equipe econômica.

"Caso entregue a reforma antes do recesso, Lira ganha ainda mais pontos com Lula e ganha força na cobrança por melhoras na articulação e na distribuição de emendas e cargos", avaliou uma fonte próxima do alagoano.

Na semana passada, o relator da reforma encontrou-se com Haddad para debater pontos do projeto. Ele também conversou com Lira e com líderes partidários, quando foi reforçada a intenção de votar a proposta de emenda constitucional (PEC) PEC em plenário na primeira semana de julho.

Assim que o texto mais detalhado se tornar público, Ribeiro deve fazer um giro pelas bancadas partidárias para debater a matéria e colher novas sugestões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187578?page=1§ion=1>

Com a presença de Lira, evento do Correio debate mudanças no sistema de impostos

Rafaela Gonçalves

Assim como outros setores produtivos, a indústria tem na complexidade do sistema tributário um dos maiores entraves para a sua competitividade. Para detalhar os efeitos das alterações que ocorrerão no segmento com a **reforma tributária**, o Correio Braziliense e o Conselho Nacional do Sesi (CNSesi) realizarão amanhã o evento Correio Debate: **Reforma Tributária** e a Indústria.

Entre as presenças confirmadas estão o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Com o intuito de possibilitar uma melhoria no ambiente de negócios, além de permitir o incentivo ao investimento e transparência para os contribuintes, a reforma substituirá cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também conhecido como Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Com a simplificação do sistema tributário, é esperado que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil possa crescer até 20% a mais, em 15 anos, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O presidente do CNSesi, Vagner Freitas, que fará parte da abertura do debate, acredita que esse percentual trará um novo cenário para o desenvolvimento.

Freitas ressalta a necessidade do diálogo entre todos os setores acerca da nova tributação e a importância da indústria como vetor de crescimento do país. O que traz desenvolvimento para todas as pessoas é o crescimento da indústria, da produção. Quando a produção cresce, há geração maior de empregos, afirma. Nós temos a expectativa de que isso seja um mantra e, com uma indústria desenvolvida, empregos de qualidade serão gerados no Brasil, acrescenta.

O reflexo da legislação atual, que é extremamente complexa e cumulativa, traz como consequência elevados custos de cumprimento de obrigações acessórias e insegurança jurídica, encarecendo bens e

serviços, prejudicando investimentos, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

A expectativa é de que a reforma seja votada na Câmara dos Deputados na primeira semana de julho. De acordo com o presidente do CNSesi, a mudança no sistema tributário é essencial para alavancar os investimentos no Brasil. Agora, não é mais uma opinião isolada de um ou outro grupo da sociedade. Mais pessoas e mais setores percebem que não é apenas uma política para punir determinado setor. É uma política de Estado que precisa ser construída. É uma política econômica, destaca Freitas.

Painéis

Com mediação dos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg, a programação será composta por três painéis. O primeiro painel vai debater Como a **reforma tributária** pode contribuir para a reindustrialização do Brasil. Já o segundo vai abordar o Emprego, renda e tributação na indústria. O terceiro painel vai detalhar a tributação e a nova economia: desafios e oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, todos os estudos apontam que a indústria, bem como os demais setores da economia, será beneficiada pela **reforma tributária**. A expectativa é de que o evento seja uma oportunidade para aprofundar o debate sobre o modelo de reforma proposto, esclarecer dúvidas e ouvir os pontos que preocupam o setor, afirma Appy.

Entre os palestrantes estão o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente do Grupo de Trabalho que analisou o projeto; Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic; José Luiz Oreiro, economista e professor da Universidade de Brasília; Mário Sérgio, gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também farão parte dos painéis Wallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic; Altair Garcia, analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); e Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O evento ocorrerá das 14h às 18h30 e poderá ser acompanhado presencialmente ou

pelas redes sociais do Correio.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/06/5102775-com-a-presenca-de-lira-evento-do-correio-debate-mudancas-no-sistema-de-impostos.html>

Quando você não sabe o que está fazendo - ROBERTO BRANT

ROBERTO BRANT

Circula no meio dos economistas e da turma do mercado financeiro um rico conselho, conhecido como o axioma de Brainard: quando você não sabe bem o que está fazendo, faça devagar, por favor. Este artigo de sabedoria, que devia fazer parte do senso comum, é muitas vezes ignorado por governantes e legisladores.

Há um outro dito que vai além: se você não tem certeza das consequências do que vai fazer, não faça. Tudo isto me vem à mente neste momento quando o Parlamento se mostra disposto a votar apressadamente uma ampla reforma tributária.

Esta reforma vai mudar completamente uma série de tributos sobre o consumo e seus efeitos se estenderão a todas as atividades produtivas, afetando a vida de toda a população. Uma mudança tão profunda exige uma emenda à Constituição. O texto das Constituições, aqui e em qualquer lugar do mundo, é feito para durar no tempo e não para ser alterado diante de qualquer circunstância ou conveniência. Ultimamente esta regra de ouro não tem valido para nós.

Em 2022 o Congresso brasileiro resolveu revogar na prática os ritos que devem ser observados nas reformas da Constituição. Foram suprimidas instâncias e abreviados os prazos para, em questão de dias, mudar artigos constitucionais, primeiro para servir às urgências eleitorais do então presidente Bolsonaro e, no final do ano, para servir à conveniência do novo Governo Lula. Na prática não temos mais uma Constituição, no sentido clássico, pois seus artigos podem ser mudados em questão de dias, ao sabor de maiorias efêmeras ou constituídas ad hoc.

Neste momento, estamos diante da possibilidade concreta de uma mudança tectônica no funcionamento da economia, na forma de um projeto de Emenda Constitucional que será levado à votação diretamente no Plenário da Câmara dos Deputados, sem passar pelas Comissões, etapa que antecede qualquer mudança constitucional. Ao contrário das mudanças de 2022 que, embora desastrosas, tinham efeitos temporários, esta reforma terá efeitos permanentes e profundos, cujas consequências são um desafio para a nossa imaginação.

Por tudo o que já sabemos, a reforma vai retirar de Estados e Municípios a autonomia para cobrar e fiscalizar os impostos que lhe correspondem na Constituição de 1988 e na nossa longa tradição constitucional. Na prática, não seremos mais uma Federação, mas um Estado Unitário, rompendo uma história que vem desde o nascimento da República. Sem esquecer que ninguém pode assegurar que a nova repartição fiscal não produzirá distorções e assimetrias importantes.

Quanto aos setores da economia, o novo sistema vai reduzir a carga tributária que incide atualmente sobre a indústria e sobre o setor financeiro, mas, para compensar, vai aumentar muito os impostos sobre a agropecuária, a saúde, a educação, o comércio, a construção civil, o transporte de carga e de passageiros, entre outros.

Em resumo, esta reforma vai diminuir um pouco os impostos para setores que representam 20% do PIB e aumentar muito os impostos para os setores que representam 80% do PIB. A lógica indica que o efeito da reforma, ao contrário do que vivem dizendo seus patronos, só poderá ser menos, e não mais, crescimento econômico.

Para a população em geral haverá aumento generalizado de preços, pois a alíquota padrão do novo imposto será fixada entre 25 e 30% e vai incidir sobre todos os bens e serviços da economia, a grande maioria dos quais é tributada hoje abaixo de 10%. A conclusão lógica é que haverá aumento na inflação e redução do poder de compra de quase todos os brasileiros.

Tudo isto deveria ser suficiente para convencer aqueles que tem o poder de decisão, para que tenham prudência e moderação antes de imporem ao país um experimento que vai desorganizar o funcionamento de toda a economia.

Muito da insegurança jurídica em que vivemos provém do fato de que o Judiciário até hoje ainda está interpretando os velhos impostos.

O que será de nós agora com um imposto totalmente novo? Vamos caminhar para o desconhecido.

Mais devagar, por favor.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Quando você não sabe o que está fazendo

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/19/all.pdf>

Programa de carro popular do governo Lula já usou 60% dos recursos disponíveis

Victoria Azevedo

Os recursos solicitados pelas montadoras que aderiram ao plano que busca reduzir o preço dos carros populares lançado pelo governo Lula (PT) já somam R\$ 300 milhões -o que representa 60% do teto disponível.

Segundo a Folha apurou, essa marca foi alcançada no sábado (17), e um novo balanço com dados atualizados deverá ser divulgado nesta segunda (19) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O programa foi lançado no dia 5 deste mês. Naquele momento, o governo estimava duração de até quatro meses. O setor, no entanto, prevê que a medida possa ser encerrada com apenas um mês, por atingir o teto estabelecido.

Os últimos dados oficiais do programa, divulgados na sexta (16) pelo ministério, apontavam que os recursos solicitados somavam R\$ 170 milhões.

No mesmo dia, a pasta também atualizou a lista de carros incluídos no programa de desconto, chegando ao número de 266 versões e 32 modelos de nove montadoras.

As empresas podem pedir mais recursos na medida em que usarem os montantes solicitados até que o limite de R\$ 500 milhões disponíveis como crédito tributário para automóveis seja atingido.

Os descontos patrocinados pelo governo para carros vão de R\$ 2.000 a R\$ 8.000, podendo alcançar valores maiores a critério de fabricantes e concessionárias. Isso representa redução entre 1,6%, e 11,6%.

Menor preço, eficiência energética e conteúdo nacional (índice de produção local) foram os três critérios levados em conta para a definição das faixas de desconto.

Na reunião ministerial na quinta (15), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), apresentou os resultados do programa de redução tributária para veículos.

Segundo relatos de participantes, Lula teria brincado com o vice-presidente, pedindo para ele já ir avisando Fernando Haddad (Fazenda) que "a gente vai querer prorrogar o incentivo", porque está um sucesso.

Oficialmente, no entanto, o governo nega as intenções de prorrogar a medida. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou à imprensa após o encontro que essa medida "não é plano do governo". "Ele fez uma brincadeira, mas não está no planejamento do governo", disse.

Quem revender carro antes do prazo terá que devolver desconto

Ana Paula Branco

O motorista que comprar um carro pelo novo programa de incentivos do governo Lula com a intenção de revender o veículo deve ficar atento às regras. Há prazo para a negociação.

O proprietário de um veículo comprado com o desconto só poderá vender o bem após seis meses da aquisição. A determinação consta no artigo 11 da medida provisória 1.175: "Na operação de revenda de veículo sustentável antes de transcorrido o período de seis meses da data da aquisição junto à montadora ou à concessionária, deverá ser efetuado o recolhimento do desconto patrocinado concedido".

Quem vender o carro antes deste prazo deverá recolher o equivalente ao desconto patrocinado pelo governo por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União).

Ou seja, se comprar um Fiat Argo 1.0, por exemplo, com desconto de R\$ 6.000, e vendê-lo cinco meses depois, terá que pagar aos cofres federais esses R\$ 6.000.

Caso não pague a GRU, o proprietário do veículo não conseguirá fazer a transferência para o comprador.

Segundo o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), a regra é semelhante à aplicada a PCDs (pessoas com deficiência) e taxistas que adquirem veículos com isenção fiscal e decidem vendê-los antes do permitido por lei -com a

diferença de que, nestes casos, a carência é de dois anos.

A MP determina que o desconto patrocinado pelo governo esteja registrado de forma destacada como incondicional na nota fiscal da compra do veículo.

Os recursos do governo federal recebidos pelas montadoras devem ser convertidos em descontos ao consumidor na hora da venda do veículo. O valor que a concessionária deixa de receber acoberto pela montadora, que reverte o montante em crédito tributário, com o qual poderá pagar ou abater **impostos** futuros devidos à União. O alvo são os carros zero-quilômetro.

O programa de redução de preço dos automóveis e de incentivo à renovação da frota de caminhões e ônibus foi construído pelo Mdic e pelo Ministério da Fazenda para acabar em curto prazo.

O plano do governo é atenuar a crise no setor automotivo, que responde por 20% do **PIB** da indústria de transformação e está com 50% de sua capacidade instalada ociosa. Quando os recursos disponíveis se esgotarem, o programa acaba.

As montadoras têm enfrentado dificuldades para vender seus estoques nos últimos anos. Na pandemia, as empresas lidaram com paralisações de fábricas por causa da falta de matéria-prima e das quarentenas por causa de surtos de Covid-19. Depois, a queda da demanda veio em virtude dos juros que encarecem os empréstimos e a **inflação** que reduz o poder de compra do brasileiro.

O vice-presidente Geraldo Alckmin já afirmou que o governo aguarda a queda dos juros para os próximos meses, para que "o crédito fique mais acessível".

Tire dúvidas

Os carros mais baratos poderão perder equipamentos obrigatórios, como os de segurança?

Não deverá haver qualquer redução de conteúdo tecnológico ou de segurança, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

A medida também vale para modelos usados?

Não. O programa é exclusivo para carros zero-quilômetro

Quantas montadoras já aderiram ao programa?

Até este domingo (18), nove montadoras haviam

aderido ao programa de incentivo com opções de carros

Quais carros estão sendo vendidos com desconto?

Na lista mais recente, há 266 versões e 32 modelos de carros disponíveis. É possível consultar a lista pelo link <https://encurtador.com.br/flmQ1>

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50312&maxTouch=0&anchor=6478975&pd=981f666243f777a52ebb89561b4da288>

Governo anuncia redução de até 95% em tarifas em portos

César Feitoza

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, anunciou que o governo Lula (PT) vai reduzir as tarifas de embarque e desembarque dos portos do Ido de Janeiro e de Santos (SP) para baixar os custos de produção.

Os descontos serão de até 65% em Santos e 95,5% no Rio de Janeiro. O percentual será definido com base no número de escalas que a embarcação fará, a pontuação no índice Ambiental de Navios e o tipo de produto transportado.

O anúncio foi feito por França e Lula em vídeo publicado no sábado (17) nas redes sociais. "Nós, em seis meses, estamos fazendo a redução das tarifas dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, de Santos, que é muito importante para reduzir a inflação porque os portos que foram privados aumentaram os impostos", afirmou o ministro.

O presidente disse que o caso mostra a importância de o Estado ter "ascendência" sobre alguns serviços e produtos.

"Veja o que o Márcio falou: os portos privados aumentaram os impostos e os portos que são administrados pelo Estado baixaram os impostos. Porque isso? Porque nós queremos baratear o custo da produção nesse país. Nós queremos facilitar com que aqueles que produzem, aqueles que plantam, aqueles que colhem, aqueles que exportam, possam ganhar um pouco mais", completou Lula.

O Ministério de Portos e Aeroportos elaborou uma apresentação para detalhar como serão estipulados os descontos para as embarcações. O texto diz que o objetivo da proposta é "aumentar a eficiência portuária, por meio da modernização e inovação, tornando os terminais públicos mais competitivos".

As regras são diferentes nos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

Em Santos, os descontos poderão chegar a até 65%. O cálculo terá como base o tipo de navegação e a frequência do uso do terminal pela embarcação.

Se a embarcação faz trajetos de longo curso, o

desconto varia de 0% a 65%, com uma variação com base no número de escalas que o navio fará. Rara os casos de transporte por cabotagem, a base de desconto será de 30%, e o teto, 65%.

Haverá ainda um adicional no desconto, a depender da pontuação ESI (sigla em inglês para índice Ambiental de Navios). O percentual varia de 0% a 12% de acordo com o escore da embarcação.

Na Portos Rio, autoridade portuária responsável pela gestão dos portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, os descontos podem chegar a até 95,5%.

Nesses portos, são considerados dois critérios para definir a taxa de desconto: a tonelagem e o produto transportado.

Em operações de longo curso, os descontos são para granéis sólidos (52,2%), granéis líquidos (44%), petróleo (61%), outros combustíveis (40,2%) e com outros fins (69,6%). O percentual varia ainda de acordo com a tonelagem de porte bruto da embarcação, com o desconto máximo (95,5%) para navios com mais de 80.001 toneladas.

Os descontos sofrem pequena variação para os casos de operação de cabotagem ou navegação interior.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50312&maxTouch=0&anchor=6478975&pd=981f666243f777a52ebb89561b4da288>

"Ricos devem pagar parte justa"

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, defendeu a taxa de americanos mais ricos neste sábado, no primeiro comício de sua campanha de reeleição. Durante sua fala, o político afirmou a milhares de membros de sindicatos que suas políticas criaram empregos e elevaram o padrão da classe média. Agora, segundo ele, é a hora de os ricos "pagarem sua parte justa" em **tributos**.

Ainda em seu discurso, Biden destacou o abrangente pacote climático, tributário e de saúde assinado no ano passado que cortou o custo de medicamentos prescritos e reduziu os prêmios de seguro - questões que conselheiros dizem serem a peça central de seu argumento para um segundo mandato. "Estou ansioso por esta campanha", disse Biden aos gritos de "mais quatro anos!" antes de acrescentar: "Temos um recorde para executar".

A escolha da Filadélfia e da Pensilvânia - e de um público amigável de sindicatos - como sua primeira parada oficial de campanha refletiu o papel crucial de ambos em seu esforço de reeleição. A cidade foi o local de sua sede de campanha em 2020 e o Estado foi um dos poucos que votaram no Republicano Donald Trump em 2016, mas voltaram para os Democratas quatro anos depois.

Até o comício, a principal atividade da campanha de reeleição de Biden era arrecadar fundos, enquanto a campanha tenta acumular um bom volume de recursos antes de o segundo trimestre do ano terminar. O presidente fez arrecadação de recursos em uma casa em Greenwich, Connecticut, na sexta-feira e em breve realizará eventos similares na Califórnia, Maryland, Illinois e Nova York. Biden não mencionou nenhum de seus possíveis oponentes republicanos pelo nome, mas disse que muitos no Partido Republicano "se opõem a tudo o que fiz". Apontando para as altas taxas de **inflação**, os Republicanos criticaram a "Biden-omics" (economia de Biden). "Não sei o que diabos é isso", disse ele, "mas está funcionando".

O evento, que os organizadores disseram incluir sindicatos que representam 18 milhões de trabalhadores em todo o país, lembrou o então candidato Biden abrindo sua campanha presidencial de 2020 em um sindicato em Pittsburgh.

Biden afirmou em seus comentários que, se os banqueiros de Wall Street entrassem em greve, ninguém notaria. Mas, se os membros dos sindicatos abandonassem o trabalho, "o país inteiro pararia". Ele

também criticou aqueles que têm patrimônio de mais de US\$1 bilhão por pagar, segundo ele, apenas 8% em **impostos** federais. Isso levou um homem na platéia a gritar: "Quanto você paga?". Biden respondeu: "Eu pago muito mais do que isso." Ele disse repetidamente que os ricos devem "pagar sua parte justa".

Discussões sobre multa em compensação previdenciária - OPINIÃO JURÍDICA

Cristiane I. Matsumoto e Lucas Barbosa Oliveira são, respectivamente, sócia do Pinheiro Neto Advogados, com mestrado em Direito Previdenciário pela PUC-SP; e associado do Pinheiro Neto Advogados, pós-graduado em Direito Tributário pelo Insitu

Quando uma empresa toma a decisão de se valer da compensação administrativa para recuperar valores que foram indevidamente recolhidos no passado a título de contribuição previdenciária, as autoridades fiscais responsáveis pela supervisão e controle desse processo dispõem de cinco anos para a homologação da referida compensação.

Durante esse período, as autoridades fiscais podem realizar todas as checagens necessárias para assegurar a legalidade e a correção do procedimento de compensação adotado pela empresa, o que pode envolver uma minuciosa análise da documentação apresentada, a realização de auditorias e outras atividades de fiscalização.

As consequências em decorrência da não homologação de compensações previdenciárias sofreram algumas alterações recentes.

Antes da implementação do eSocial em meados de 2018, um sistema integrado que permite a centralização das informações relativas aos eventos de folha de pagamentos e tributação correlata, em não havendo a homologação das compensações de contribuição previdenciária, a **Receita Federal** aplicava a multa de 150% com base no artigo 89, parágrafo 10, da Lei nº 8.212/1991.

A justificativa muitas vezes se baseava em dois elementos: ausência de outro dispositivo legal com previsão de outra penalidade e presunção de falsidade nas obrigações acessórias por transmissão de compensação indevida.

No passado, a jurisprudência do **Carf** já havia se posicionado no sentido de que essa multa de 150% somente seria aplicável quando devidamente comprovada a conduta dolosa na falsidade da declaração, e que não haveria justificativa para que tal conduta dolosa por parte do contribuinte fosse presumida pelos auditores da **Receita Federal**.

Atualmente, contudo, a Câmara Superior do **Carf**

possui entendimento majoritário no sentido de que, para a aplicação da multa isolada de 150%, prevista no artigo 89, parágrafo 10, da Lei nº 8.212/91, não há necessidade de imputação de dolo, fraude ou mesmo simulação à conduta do sujeito passivo para a caracterização da falsidade da compensação indevida, mostrando-se suficiente apenas a demonstração da utilização de créditos que supostamente não seriam líquidos e certos no entendimento da **Receita Federal**. Nesse sentido, temos o recentemente publicado Acórdão 9202-010.519.

Em maio de 2018, com a publicação da Lei nº 13.670/2018, houve uma considerável mudança nesse regime. Ao revogar o artigo 26 da Lei nº 11.457/2007 e incluir o artigo 26-A no mesmo diploma legal, a **legislação tributária** passou a reconhecer a extensão das disposições do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996 para a totalidade dos **tributos** administrados pela **Receita Federal**, inclusive as contribuições previdenciárias.

Assim sendo, os créditos de contribuição previdenciária apurados após edição da Lei nº 13.670/2018 por empresas que estejam utilizando o eSocial devem se submeter as regras da Lei nº 9.430/1996, de modo que, a partir de então, eventual multa aplicável em caso de não homologação somente poderia ser aquela de 50%, conforme artigo 74, parágrafo 17, desse diploma. Vale pontuar que era essa a multa aplicada em caso de glosa de compensação de qualquer outro tributo federal.

Ocorre que, em março de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o Tema 736 da repercussão geral (RE 796939), declarou a inconstitucionalidade da cobrança da multa isolada de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, prevista no parágrafo 17 do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996.

O voto do relator, ministro Edson Fachin, foi acompanhado por unanimidade pelos demais ministros. Em síntese, o STF entendeu que a aplicação de multa isolada pela simples não homologação de declaração de compensação, sem que esteja configurada a má-fé, falsidade, dolo ou fraude, fere o direito fundamental de petição e o princípio da proporcionalidade.

Constou inclusive na ementa do referido julgado que

"(c)ompreende-se uma falta de correlação entre a multa tributária e o pedido administrativo de compensação tributária, ainda que não homologado pela administração tributária, uma vez que este se traduz em legítimo exercício do direito de petição do contribuinte".

Na prática, (i) essa multa isolada não poderá ser mais aplicada aos futuros pedidos de compensação não homologados (sem que esteja configurada a má-fé, falsidade, dolo ou fraude), bem como (ii) os contribuintes poderão agora requerer em seus casos individuais o cancelamento dessas multas isoladas já aplicadas.

O desfecho favorável desse leading case nos faz questionar se o mesmo raciocínio poderá ser aplicado para a multa prevista no artigo 89, parágrafo 10, da Lei 8.212/1991 (legislação específica previdenciária), em discussões que tenham origem em compensações previdenciária não homologadas antes da Lei nº 13.670/2018.

Citando novamente o acórdão, temos que "(o) pedido de compensação tributária não se compatibiliza com a função teleológica repressora das multas tributárias, porquanto a automaticidade da sanção, sem quaisquer considerações de índole subjetiva acerca do animus do agente, representaria imputar ilicitude ao próprio exercício de um direito subjetivo público com guarida constitucional".

Sendo assim, com relação aos processos em curso, há bons argumentos para defender que a multa prevista no artigo 89, parágrafo 10, da Lei nº 8.212/1991 também deverá ser integralmente cancelada, especialmente naqueles casos em que essa penalidade foi cobrada com base em uma mera presunção de falsidade, má-fé, dolo ou fraude nas compensações previdenciárias.

Cristiane I. Matsumoto e Lucas Barbosa Oliveira são, respectivamente, sócia do Pinheiro Neto Advogados, com mestrado em Direito Previdenciário pela PUC-SP; e associado do Pinheiro Neto Advogados, pós-graduado em Direito Tributário pelo Institu

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Discussões sobre multa em compensação previdenciária

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187578>

Para analistas, BC vai manter juros em 13,75%

Rosana Hessel

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, volta a se reunir amanhã e terça-feira para deliberar sobre a taxa básica de juros da economia, a Selic. O consenso entre analistas do mercado é de que não haverá surpresas e que a taxa deverá ser mantida em 13,75% ao ano, mesmo com o arrefecimento da **inflação** nos últimos meses. Será a 7ª reunião seguida com os juros básicos no mesmo patamar de agosto de 2022.

O fato é que o Banco Central tem mantido o discurso e a direção da política monetária, e não tem se abalado com as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Especialistas avaliam, contudo, que o Copom deverá fazer um ajuste na comunicação, diante da queda das expectativas de **inflação**, que estão sendo revisadas para baixo, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) podendo até ficar negativo entre junho e julho.

Eles lembram, no entanto, que o período tradicionalmente é de deflação, e que o índice tende a subir mais à frente.

Dessa forma, o Comitê poderá sinalizar um corte de juros em agosto ou em setembro. Mas não há muita certeza de que isso poderá ocorrer, porque um dos fatores que pode contribuir para os juros começarem a cair em agosto será a manutenção da meta de **inflação** em 3,25% para 2024, e em 3% para os anos seguintes, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), marcada para o próximo dia 29. Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a cogitar uma meta maior, de 4% ou 4,5%, as projeções para a **inflação** de 2024 e 2025 subiram para 4% e só registraram um ligeiro recuo na semana passada.

As estimativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano estão sendo revisadas para cima, enquanto as do ano que vem, para baixo.

Na semana passada, as medianas do boletim Focus, coletadas pelo BC, ficaram em 1,84%, para 2023, e 1,27%, para 2024.

Apesar do resultado surpreendente do **PIB** dos primeiros três meses do ano, com alta de 1,9% puxada pela agricultura, em abril, a produção da indústria, as

vendas do varejo e serviços recuaram 0,6%, 0,1% e 1,6%, respectivamente, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

E, para confundir as análises e dar argumentos ao Copom manter os juros onde estão, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), apresentou crescimento de 0,56% em abril, dado acima das expectativas.

BC inabalável

O Banco Central segue inabalável, recomendando paciência, apesar das pressões de Lula e aliados, da indústria e de empresários, como Luiza Trajano, dona do Magazine Luiza. Em uma reunião de varejistas no Palácio do Planalto, ela contou que ligou mais de 20 vezes ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, pedindo para ele baixar os juros, porque muitas empresas correm o risco de quebrar.

Até o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tinha diminuído as críticas, resolveu dar uma cutucada no BC, após a Standard Poor's (S P) elevar de estável para positiva a perspectiva de risco dos títulos da dívida do país, na última quarta-feira. "Está faltando o Banco Central se somar nesse esforço.

Mas eu quero crer que nós estejamos prestes a ver isso acontecer.

Na hora que estivermos todos alinhados, a coisa vai começar a prosperar", disse Haddad, após destacar a "harmonia" entre os três Poderes como um dos motivos para o voto de confiança da agência de classificação de risco norte-americana.

Na avaliação de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, Haddad não devia ter provocado o Banco Central, porque esse tipo de pressão joga contra a decisão da autoridade monetária, que passou a ter autonomia em 2021. "A mudança da perspectiva não muda nada no cenário para o Copom. É uma chancela interessante para a melhora do cenário, mas o BC vai trabalhar com dados concretos.

O BC está fazendo o trabalho dele com os dados que existem, totalmente técnico, e vai responder tecnicamente. É o que está acontecendo", afirma. Para ele, o Copom só deverá começar a reduzir a Selic em

setembro.

"O BC vai começar a falar um tom um pouco mais suave. A **inflação** está cedendo, e isso pode ajudar em uma sinalização de que, lá para frente, os juros podem começar a cair. Eu ainda acredito que é setembro, não é agosto", destaca o economista da MB. Ele lembra que, apesar de a **inflação** estar cedendo, ainda há alguns itens de preocupação, como os preços no setor de serviços, mas o IPCA está cada vez mais caminhando para ficar próximo de 5% no fim do ano, ou até abaixo desse patamar, "dependendo da **inflação** de alimentos".

Insistência

Ex-diretor do Banco Central e professor visitante na Universidade Georgetown, em Washington, Tony Volpon considera que o contexto atual colabora para o início da queda de juros e o BC não deveria ficar tão preso às expectativas de **inflação** do mercado para dar início ao ciclo de baixa. "Nada é óbvio em política monetária. Mas o contexto parece realmente chamar para o início de um processo de queda de juros, no qual a política monetária ficará em posição restritiva por muito tempo", destaca.

Ele observa que a maioria das previsões apontam para a Selic acima de 10% até o fim de 2024, o que manterá a política monetária contracionista.

Apesar de achar que existem elementos de sobra para o BC começar a reduzir os juros, Volpon reforça que a normalização da taxa básica deverá ocorrer entre agosto e setembro, devido à insistência de que é preciso uma desancoragem das estimativas do boletim Focus antes de o Copom agir. "Botando o Focus de lado, neste momento, ele não serve muito como um bom balizador da política monetária. Todo o resto está trabalhando para isso. É câmbio, preços de atacado caindo, atividade econômica, excluindo a agrícola, claramente desacelerando...E tem a melhora da perspectiva da S P, que não foi tanto um elogio ao governo, mas um reconhecimento de que o Brasil tem restrições políticas institucionais que evitam medidas radicais, muito diferentes do que ocorre na Argentina, por exemplo", afirma.

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, acredita que o Copom deve reconhecer a mudança do cenário, com o começo da queda nas expectativas de **inflação** no próximo ano.

"Isso vai meio que preparando o terreno para queda dos juros em agosto. Portanto, não há novidade agora na taxa, mas haverá um reconhecimento dessa melhora de cenário", comenta.

Política expansionista

Para Caio Megale, economista- chefe da XP Investimentos, é precipitado para o BC cortar os juros nesta semana, apesar da desaceleração da **inflação** oficial entre abril e maio. "No **comunicado** após a reunião, o Copom pode reconhecer a melhora do cenário como um avanço inicial que pode abrir espaço para alguma queda de juros no próximo encontro. Não vai ser explícito, mas vai deixar a porta aberta para juros mais baixos", afirma.

Ele reconhece que a indefinição da meta de **inflação** é um dos fatores que contribuem para que a queda dos juros não comece na reunião deste mês. E diz que, apesar do avanço do arcabouço fiscal, a questão das contas públicas ainda requer atenção, porque os gastos foram ampliados na PEC da Transição, as despesas continuam crescendo e podem prejudicar os efeitos da política monetária.

"A meta de **inflação** é importante, as projeções de **inflação** são importantes e o tamanho da **inflação** global também. Existe uma série de coisas que acontecem na direção de sugerir que política monetária pode ser menos contracionista. Na minha avaliação, as condições econômicas melhoraram, mas a política fiscal continua expansionista, não tenho dúvida. As despesas públicas cresceram 20% acima da **inflação** entre 2021 e 2023 e o arcabouço permite que elas continuem aumentando 2,5%, em um patamar elevado", alertou.

Megale aposta em queda dos juros a partir de agosto, mantém a previsão de 12% para a Selic no fim do ano, e também não alterou a estimativa de 11% para os juros básicos no fim de 2024. Por conta da política fiscal, que ainda tem muito aumento de despesas obrigatórias neste ano e no próximo, como reajuste de servidores, aumento real do salário mínimo, e até mesmo a sinalização de Lula ter o interesse para prorrogar por mais tempo o estímulo para compra de carros "populares" de até R\$ 120 mil, o economista da XP é taxativo ao justificar a previsão de dois dígitos para a Selic em 2024.

"A soma das promessas deixa uma conta que não fecha. Isso significa que a política fiscal limita o espaço para corte de juros", diz Megale, lembrando que secretários do Planejamento e da Fazenda já contabilizam quase R\$ 40 bilhões de gastos a mais no ano que vem.

Rafael Cardoso, economistachefe da Daycoval Asset, ressalta que a política monetária não deve ter grandes mudanças. "O BC olha futuramente, pela política monetária, como um transatlântico, que não consegue fazer grandes alterações rapidamente", frisa. Cardoso

aposta em queda de juros em setembro. Mas, ao contrário da maioria dos analistas, prevê a Selic abaixo de dois dígitos no fim de 2024, em grande parte, porque o impacto da política monetária atual na atividade do ano que vem poderá ser maior do que o esperado.

"A soma das promessas (de gastos) deixa uma conta que não fecha.

Isso significa que a política fiscal limita o espaço para corte de juros" Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos

"O BC vai começar a falar um tom mais suave. A **inflação** está cedendo, e pode haver uma sinalização de que, lá para frente, os juros começarão a cair. Eu acredito que é setembro, não agosto" Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/06/19/all.pdf>

Mercado já se ajusta para início dos cortes na Selic em agosto

*Victor Rezende e Augusto Decker De São Paulo
(Colaborou Anaís Fernandes)*

É praticamente certa a manutenção da Selic em 13,75% na decisão desta semana do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). No entanto, a comunicação do colegiado será observada com lupa pelos agentes do mercado.

Surpresas baixistas na **inflação** corrente, viés de queda nas expectativas de **inflação**, apreciação do câmbio e redução do risco fiscal são fatores que, nas últimas semanas, levaram o mercado a antecipar as expectativas para o início do ciclo de cortes na Selic e a esperar um tom mais suave do colegiado.

De 122 instituições financeiras ouvidas pelo Valor, apenas duas esperam que o colegiado já reduza a taxa básica de juros nesta semana, enquanto as outras 120 projetam manutenção. O levantamento aponta, ainda, que a mediana das projeções já indica uma redução na Selic em agosto - o que mostra uma antecipação em relação à pesquisa anterior, divulgada em 2 de maio, quando o ponto-médio das estimativas indicava o início do ciclo de cortes em setembro. Já para o fim do ano, a mediana das projeções passou de 12,5% para 12,25%.

Embora a manutenção dos juros em 13,75% nesta semana seja quase unânime, a decisão tende a ser relevante para moldar as expectativas dos agentes de mercado em relação aos rumos da política monetária.

Com o IPCA de maio abaixo do esperado e a deflação expressiva de preços no atacado, as expectativas de **inflação** começaram a se ajustar para baixo e há, ainda, uma aposta de que esse processo pode se intensificar, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim do mês, se o ponto central da meta de **inflação** for mantido em 3%.

A melhora no cenário inflacionário, assim, abre espaço para que, na decisão desta semana, os agentes enxerguem um abrandamento do Copom em sua comunicação.

No entanto, embora boa parte do mercado já espere uma redução nos juros em agosto, há ceticismo por parte dos agentes quanto a uma indicação mais direta de início de um ciclo de flexibilização.

"Naturalmente o tom do **comunicado** vai abrandar um pouco, como reflexo dos **desdobramentos** de um movimento desinflacionário forte na parte de bens", enfatiza o superintendente de pesquisa econômica do Santander, Mauricio Oreg. "E, embora a **inflação** de serviços esteja bem alta, também vimos ela cedendo um pouco.

Além disso, as expectativas deram um leve toque para baixo, as condições de mercado estão melhorando e o rali dos ativos continua, principalmente no câmbio. Isso sugere que parte dos vetores desinflacionários dos preços de bens pode esticar um pouco mais." Oreg pontua que alguns elementos para que o BC comece a trabalhar com a ideia de inflexão do ciclo já estão na mesa, "mas não para agora". "Precisamos ver como o BC vai calibrar isso na comunicação.

Tenho a impressão de que não haverá sinais tão claros de corte de juros em agosto, mas essa possibilidade vai ficar em aberto. Vamos ver um abrandamento do discurso, mas com alguns elementos de cautela ainda presentes", observa.

O apontamento de O reg se refere a apresentações recentes do presidente do BC, Roberto Campos Neto, em que ele mostrou um quadro de indicadores macroeconômicos e de mercado e os comparou com a situação de ciclos anteriores. "Pelas comparações feitas, o BC sugere que o progresso ainda não foi suficiente.

Por isso tenho impressão de que vão abrandar o tom, mas não será algo extremo em que o BC já telegrafa a ideia de corte em agosto." É um sentimento compartilhado com o diretor de pesquisa para América Latina do BNP Paribas, Gustavo Arruda, cujo cenário contempla o início de um ciclo de flexibilização da Selic em setembro.

"Eu ficaria bastante surpreso se tiver algo muito explícito indicando cortes nos juros agora", diz.

"Vimos uma melhora conjuntural, mas ainda não dá para cantar vitória. Acredito que o Copom pode retirar a história de que pode voltar a subir juros. O papel desse trecho perdeu a razão de existir, até porque o mercado já precifica muitos cortes. Espero mais algo nesse lado do que uma mudança generalizada no

discurso", diz Arruda.

A melhora de cenário destacada por Arruda fez o BNP Paribas antecipar o início do ciclo de redução da Selic de 2024 para setembro. "A **inflação** despencou. A nossa projeção passou de 6,5% para 4,7% neste ano", enfatiza o economista.

No entanto, ao apontar que as mudanças ainda são "muito recentes", Arruda sugere cautela, ao se referir à convergência para a meta das expectativas de **inflação**. Além disso, ele lembra que agosto será a primeira reunião de novos membros do Copom. "Tenho a impressão de que, nessa transição, o BC ganharia mais se fosse um pouco mais conservador do que o que está precificado no mercado hoje."

A economista-chefe da Canvas Capital, Camila de Faria Lima, também espera a retirada da menção à possibilidade de novas altas da Selic. "O segundo ponto [de mudança na comunicação] tem a ver com a descrição do cenário que temos e que estamos vislumbrando à frente.

A meu ver, tivemos melhora no cenário prospectivo para a **inflação**, e acredito que deva haver reconhecimento dessa melhora", diz.

O balanço de riscos não necessariamente deve ficar assimétrico, mas a aprovação do arcabouço fiscal na Câmara e a melhora na percepção de risco fiscal podem ajudar nessa avaliação, na visão da economista. A Canvas, inclusive, já sustenta há algum tempo o cenário de início dos cortes de juros em agosto, ao esperar uma redução no grau de aperto monetário.

"Há uma diferença entre um ciclo de corte de juros para que eles cheguem ao nível neutro ou ao campo expansionista, e um ciclo de corte de juros para reduzir o grau de aperto", diz. "Hoje, acho que estamos com muito juro. Houve melhora de cenário desde que eles chegaram a esse patamar. Um juro de 13,75% com expectativa de **inflação** de 4% é um aperto muito expressivo. Acredito que ainda não podemos ter política monetária neutra, mas isso não significa que não haja espaço para corte." Nesse sentido, o economista-chefe da BB Asset Management, José Maurício Pimentel, diz esperar que o ciclo de desaperto tenha início em setembro, mas não desconsidera a reunião de agosto. "Não é possível descartar. Entendemos que há espaço", diz. Para ele, inclusive, o **comunicado** deve reconhecer a melhora de cenário, especialmente com a **inflação** cadente.

"O que ainda não dá muito conforto para iniciar o ciclo é o fato de as expectativas de **inflação** no Focus

estarem acima do centro da meta, em 4%. Elas estão recuando, mas, no nível atual, ainda não dariam conforto total para o Copom começar o ciclo", diz Pimentel.

A BB Asset, no momento, sustenta um cenário de Selic a 12,25% no fim deste ano, com três cortes de 0,5 ponto a partir de setembro, e uma taxa de 9,5% em 2024. Pimentel, porém, enfatiza que as projeções para a Selic têm viés de baixa. "Vemos cortes de 0,5 ponto, mas talvez o ritmo acelere para 0,75 ponto, e não é de todo impossível que isso já aconteça neste ano", enfatiza. "É uma possibilidade que não dá para ser descartada."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187578>

Oferta de ações ganha tração com expectativa de queda de juros

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo De São Paulo

No último mês, uma onda de mais otimismo atingiu o mercado financeiro. Um conjunto de boas notícias, como os recentes dados sobre **inflação**, atividade econômica e, principalmente, a leitura de que os juros no Brasil finalmente irão começar a cair, tem levado algumas empresas a reavaliar seus planos de ofertas de ações que estavam na gaveta, após um longo período morno no mercado brasileiro, algo que se reflete em quase dois anos sem nenhuma estreia na bolsa.

O primeiro movimento positivo no rating brasileiro pela agência de classificação de riscos S P desde 2019 deve ajudar a esquentar as emissões, conforme especialistas.

Bancos de investimento consultados pelo Valor afirmam que o cenário mudou. A expectativa é que o ano encerre com até 30 operações majoritariamente de oferta subsequente de ações ("followons").

No ano até aqui, oito ofertas de empresas já listadas foram anunciadas, podendo ultrapassar R\$ 13 bilhões, considerando precificações marcadas para o início desta semana. Ainda é cedo para cravar se alguma companhia fará oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) este ano, mas já há banqueiros otimistas nesse sentido.

Um reflexo direto tem sido um aumento do número de consultas, com mais empresários mostrando disposição para ao menos pensar em levantar capital na bolsa. A mudança das últimas operações do ano é que agora muitos querem recursos para voltar a investir. "Primeiro vieram as empresas que queriam acertar sua estrutura de capital, agora temos um outro capítulo, com empresas captando para investir", diz o responsável pelo Bradesco BBI, Felipe Thut.

Segundo Thut, o mercado deverá observar uma aceleração do ritmo das emissões a partir daqui. E a maior tração já começa a ser observada. Smartfit concluiu uma oferta de ações neste mês, na qual o fundo Pátria vendeu parte de sua participação. Na terça-feira, a Oncoclínicas precifica sua operação para o Goldman Sachs vender parte de sua participação, mas também com uma tranche primária, com o viés de

crescimento. No final da semana passada, foi a vez de a Localiza lançar um follow-on, dessa vez com 100% de novas ações, de até R\$ 4,5 bilhões, integralmente para investimento.

A mudança de humor é clara.

Até então, as ofertas tinham apenas o perfil de ajuste de balanço refletindo um mercado anêmico, caso de Hapvida e Dasa.

Assaí também fez uma oferta no início do ano, com a motivação sendo o endividamento de um de seus acionistas, o Casino.

A visão tem sido mais positiva nas últimas semanas, confirma o corresponsável pelo banco de investimento do Bank of America no Brasil, Bruno Saraiva. "Hoje está qualificado o cenário de corte de juros e isso é fundamental para a retomada do mercado. Tirar os ativos da renda fixa é uma barreira estrutural para se colocar combustível no sistema", diz o executivo.

No BofA, a expectativa é de corte das taxas de juros em agosto, para 13,25%, para encerrar o ano em 11,75%. A projeção da instituição financeira é a de que, em 2024, a Selic siga a trajetória de queda, para alcançar 9,5%. "Esses são dados importantes e divisor de águas para destravar discussões de oferta de ações", afirma.

O executivo do BofA lembra que todos os indicadores melhoraram desde o pior momento em março. O Ibovespa, por exemplo, subiu mais de 20% desde então.

Saraiva diz que, apesar do clima mais benigno, existe uma distância entre o momento dessa melhora de cenário para a tomada de decisão por parte do empresariado.

"Mas hoje, quando nos sentamos com empresários, o entendimento é que o cenário é mais construtivo, apesar de se saber que ainda há inúmeros riscos." Com o ritmo de follow-ons ganhando tração, o executivo do BofA acha que mais à frente os IPOs voltem a ocorrer, ainda em 2023. "Este ano não deve ficar no zero a zero como em 2022", diz.

Nas contas do Itaú BBA e do Santander, o total de

operações podem bater entre 25 e 30 ofertas.

Roderick Greenlees, responsável global pelo banco de investimento do Itaú BBA, estima entre 15 e 25 ofertas de ações, com grande predominância dos follow-ons. Para Pedro Costa, responsável pela área de mercado de capitais do Santander, o ano pode encerrar entre 25 a 30 ofertas.

"Hoje existe uma demanda reprimida tanto do emissor, quanto do investidor", diz o executivo do BBA. "A partir do momento em que os investidores começam a ver tendência de queda dos juros, apesar da taxa ainda ser muito alta, a reação do mercado é muito forte", diz Greenlees.

Para Costa, do Santander, o humor dos investidores mudou.

"Temos visto desaceleração dos resgates dos fundos multimercados e dos long only." De acordo com ele, as recentes ofertas vão impulsionar outras companhias.

Ele acredita que o setor de energia e infraestrutura pode puxar novas transações, considerando os próximos leilões.

Para IPOs, a expectativa é que essa decisão pode ocorrer a partir do último trimestre, se o cenário se mantiver positivo. "Serão transações maiores, de setores tradicionais e de grandes companhias", pontua Greenlees sobre perfil das empresas candidatas a reabrir a janela de IPOs no mercado local.

"Ainda é cedo para projetar sobre IPOs, mas podemos ver empresas fazendo listagens a partir do segundo semestre", diz Costa, do Santander. Para ele, não só o cenário macroeconômico no Brasil melhorou, mas também o externo. "Não há nuvens cinzentas neste momento." Além dos dados internos, que corroboram para uma reabertura de janela para ofertas, o Fed, banco central dos Estados Unidos, pausou o aumento de juros na última reunião, na semana passada, trazendo decompressão aos mercados. "Agora já se sabe que se está muito próximo do fim do aumento", afirma Thut.

Ricardo Belissi, corresponsável pelo banco de investimento do Goldman Sachs, reforça que o mercado de capitais nos Estados Unidos voltou a ficar mais ativo entre maio e junho deste ano, comparado a novembro de 2021. No Brasil, corrobora também a percepção do mercado sobre o arcabouço fiscal e queda da taxa de juros. "O mercado já começa a antecipar esse movimento [com os follow-ons]." No caso dos IPOs, as referências de preços ainda são desafiadoras no mercado, ressalta Belissi. "O cenário é construtivo, mas o mercado ainda está bastante

seletivo." Dados da B3, a bolsa brasileira, mostram que foram anunciadas cinco ofertas de follow-ons, que somaram R\$ 7,8 bilhões.

Com as ofertas da CVC, Localiza e Oncoclínicas, o valor pode chegar a cerca de R\$ 13 bilhões.

No mesmo período do ano passado, as operações somaram quase R\$ 9 bilhões, excluindo a Eletrobras.

Se incluir a distribuidora de energia, somou R\$ 43 bilhões.

De janeiro a dezembro, foram 19 ofertas, totalizando R\$ 57 bilhões.

Sem a Eletrobras, o valor cairia para R\$ 24 bilhões. Para este ano, a privatização da Copel é a grande aposta no setor de energia, nesse caso um follow-on que pode movimentar até R\$ 5 bilhões.

Os bancos de investimentos evitam, no entanto, fazer projeções sobre o valor total que será movimentado em 2023, depois de um início de ano que frustrou.

No fim do ano passado, quando o mercado ainda estava mais otimista após as eleições presidenciais, a expectativa era que poderia atingir R\$ 100 bilhões.

Se chegar à metade disso, o saldo ainda será positivo.

"Hoje existe uma demanda reprimida, tanto do emissor, quanto do investidor" Roderick Greenlees

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187578>